

TCP Log S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

TCP LOG S.A.

Paranaguá - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TCP Log S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TCP Log S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR


João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

TCP Log S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.858	10.199	18.253	12.517	Fornecedores	64	63	64	63	
Contas a receber de clientes	6	1.551	739	1.551	739	Dividendos a pagar	13b	1.335	737	1.335	737
Impostos a recuperar		168	68	257	137	Obrigações tributárias a recolher	9a	115	52	115	52
Outros créditos		37	-	37	-	Imposto de renda e contribuição social	9b	475	236	475	236
		<u>17.614</u>	<u>11.006</u>	<u>20.098</u>	<u>13.393</u>	Salários e obrigações sociais	10	716	188	716	188
						Outras obrigações		<u>57</u>	<u>42</u>	<u>57</u>	<u>42</u>
								<u>2.762</u>	<u>1.318</u>	<u>2.762</u>	<u>1.318</u>
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		79	53	79	53	Provisão para riscos tributários	12	<u>74</u>	<u>11</u>	<u>74</u>	<u>11</u>
Investimentos	7	2.484	2.387	-	-			<u>74</u>	<u>11</u>	<u>74</u>	<u>11</u>
Imobilizado	8	1.020	1.215	1.020	1.215						
Intangível		<u>1</u>	<u>7</u>	<u>1</u>	<u>7</u>						
		<u>3.584</u>	<u>3.662</u>	<u>1.100</u>	<u>1.275</u>						
						Patrimônio líquido	13				
						Capital social		5.690	5.690	5.690	5.690
						Reservas de lucros		<u>12.672</u>	<u>7.649</u>	<u>12.672</u>	<u>7.649</u>
								<u>18.362</u>	<u>13.339</u>	<u>18.362</u>	<u>13.339</u>
								<u>21.198</u>	<u>14.668</u>	<u>21.198</u>	<u>14.668</u>
		<u>21.198</u>	<u>14.668</u>	<u>21.198</u>	<u>14.668</u>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	15	12.690	10.046	12.690	10.046
Custo dos serviços prestados	16	<u>(5.655)</u>	<u>(5.382)</u>	<u>(5.655)</u>	<u>(5.382)</u>
Lucro bruto		<u>7.035</u>	<u>4.664</u>	<u>7.035</u>	<u>4.664</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	16	(323)	(508)	(323)	(508)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	6	(37)	(26)	(37)	(26)
Equivalência patrimonial	7	97	60	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais		<u>(62)</u>	<u>10</u>	<u>(62)</u>	<u>10</u>
Total das receitas operacionais, líquidas		<u>(325)</u>	<u>(464)</u>	<u>(422)</u>	<u>(524)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>6.710</u>	<u>4.200</u>	<u>6.613</u>	<u>4.140</u>
Receitas financeiras	17	540	210	637	270
Despesas financeiras	17	<u>(41)</u>	<u>(45)</u>	<u>(41)</u>	<u>(45)</u>
Resultado financeiro	17	<u>499</u>	<u>165</u>	<u>596</u>	<u>225</u>
Resultado antes dos impostos		<u>7.209</u>	<u>4.365</u>	<u>7.209</u>	<u>4.365</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	11.b	(1.588)	(1.240)	(1.588)	(1.240)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.b	<u>-</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>	<u>(20)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>5.621</u>	<u>3.105</u>	<u>5.621</u>	<u>3.105</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	5.621	3.105	5.621	3.105
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>5.621</u>	<u>3.105</u>	<u>5.621</u>	<u>3.105</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>				
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1	-	9.650	-	9.651
Aumento de capital	5.689	-	(5.689)	-	-
Reversão de dividendos	-	-	1.320	-	1.320
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.105	3.105
Destinações					
Constituição de reserva legal	-	419	-	(419)	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	(737)	(737)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	1.949	(1.949)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.690	419	7.230	-	13.339
Reversão de dividendos	-	-	-	737	737
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.621	5.621
Destinações					
Constituição de reserva legal	-	281	-	(281)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.335)	(1.335)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	4.742	(4.742)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>5.690</u>	<u>700</u>	<u>11.972</u>	<u>-</u>	<u>18.362</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP Log S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	5.621	3.105	5.621	3.105
Ajustes de:				
Equivalência patrimonial	(97)	(60)	-	-
Depreciações e amortizações	201	207	201	207
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	37	26	37	26
Provisão para riscos tributários	63	-	63	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.588	20	1.588	20
	<u>7.413</u>	<u>3.298</u>	<u>7.510</u>	<u>3.358</u>
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(849)	1.423	(849)	1.423
Outros créditos	(37)	24	(37)	24
Impostos a recuperar	(100)	(1)	(120)	(10)
Depósitos judiciais	(26)	(21)	(26)	(21)
Fornecedores	1	(17)	1	(17)
Impostos e contribuições a recolher	12	1.088	12	1.088
Outras obrigações	543	(52)	543	(52)
	<u>6.957</u>	<u>5.742</u>	<u>7.034</u>	<u>5.793</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais				
Impostos sobre o lucro pagos	(1.298)	(1.642)	(1.298)	(1.642)
	<u>5.659</u>	<u>4.100</u>	<u>5.736</u>	<u>4.151</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições do imobilizado	-	(67)	-	(67)
	<u>-</u>	<u>(67)</u>	<u>-</u>	<u>(67)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos				
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.659</u>	<u>4.033</u>	<u>5.736</u>	<u>4.084</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.199	6.166	12.517	8.433
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>15.858</u>	<u>10.199</u>	<u>18.253</u>	<u>12.517</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.659</u>	<u>4.033</u>	<u>5.736</u>	<u>4.084</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O TCP Log S.A. (“Companhia”) foi criado em 10 de março de 2011, com a denominação social de VIKAS Empreendimentos e Participações S.A, com o capital de R\$1 sendo dividido em 8.116.936 ações. Em 6 de julho de 2011 a Companhia mudou sua razão social para TCP Serviços Logísticos S.A, e sua sede transferida para a cidade de Paranaguá – PR, Avenida Portuária, s/n, Dom Pedro II. Em 16 de abril de 2012 a Companhia alterou sua razão social para TCP Log S.A.

A Companhia tem por objeto:

- (a) Prestar serviços de operador de logística de cargas em geral, inclusive contêineres, atuando como consolidador de cargas e agenciando, gerenciando e/ou executando seu transporte nos diversos modais;
- (b) Prestar serviços de gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição, unidades de armazenagem, armazéns gerais, entrepostos aduaneiros do interior, bem como demais serviços de despacho aduaneiro;
- (c) Prestar serviços de armazenagem, movimentação e manutenção de contêineres;
- (d) Desenvolver e manter retroáreas e estacionamentos para veículos automotores;
- (e) Importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e ceder contêineres, máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores;
- (f) Desenvolver, incorporar, gerenciar e operar parques logísticos, inclusive com compra, venda, locação, arrendamento ou cessão de áreas ou espaços comerciais a terceiros, bem como explorar direitos de passagem e demais oportunidades imobiliárias relacionadas ao ramo da logística ou atividades afins;
- (g) Executar todas as atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia, e;
- (h) Participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado a qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores, inclusive de operações reguladas ou sujeitas aos regimes de concessão, permissão ou autorização.

Em 2 de junho de 2017 a Companhia integralizou o capital do Centro Logístico de Paranaguá o qual está ativo, mas sem operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1.1 COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do

surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a disseminação do surto, e a atual capacidade de geração de caixa, a projeção de receita e do fluxo de caixa operacional para o ano de 2021 não foi impactada significativamente.

Além disso a Companhia enfrentou desafios operacionais decorrentes de limitações de mão de obra em função de afastamento de colaboradores, acarretando custos extras. A Companhia atua de forma resiliente durante o momento de crise, porém não medindo esforços no que se diz a respeito da garantia de saúde e bem estar dos colaboradores, atendendo a todas as medidas sanitárias previstas e não previstas pela legislação pertinente.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

2 Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir.

2.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da controladora TCP LOG S.A. e de sua controlada TCP LOG Centro Logístico Industrial Aduaneiro Paranaguá Ltda. A demonstração da controlada é elaborada com base nos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, portanto, não existe qualquer defasagem em relação ao exercício de apresentação da controladora.

Na divulgação apresentada foram utilizadas políticas contábeis consistentes e eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Nome	Principal atividade	País - sede	% Participação	
			2021	2020
TCP Log Centro Logístico Industrial Aduaneiro Paranaguá Ltda.	Armazenamento	Brasil	100%	100%

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.2 Base para elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia, individual e consolidada, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Somente as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 18 de março de 2022.

2.5 Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47/IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes.

a. Prestação de serviços

A Companhia está envolvida na exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato de concessão.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviço individuais são amplamente similares.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

b. Provisões de receitas

As provisões de receitas são registradas ao final de cada encerramento mensal, considerando o status de cada serviço prestado, para as quais será gerado documento fiscal pertinente no mês subsequente. Para os serviços prestados parcialmente, considera-se a porcentagem de conclusão dos mesmos até o encerramento do mês para o registro do valor.

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme regime de apuração Lucro Real.

Imposto sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviço exceto quando:

- Os impostos sobre os serviços incorridos não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços;
- O valor líquido dos impostos sobre serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- **Programa de Integração Social - PIS:** 0,65%.
- **Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS:** 3%.
- **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS:** entre 2% e 4% sobre Serviços.

2.7 Instrumentos financeiros

A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, outros empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 todos os ativos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, A Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa inclusos nesta categoria.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.8 Imobilizado

Edificações, equipamentos e veículos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica

Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

O valor residual, o método de depreciação e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue, para os dois exercícios apresentados:

Empilhadeiras	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equip. de processamento de dados	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Edificações e instalações	25 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receitas de juros; e
- Despesas de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	102	65	113	95
<i>Aplicações financeiras</i>				
Banco Santander	9.928	9.654	12.312	11.942
Banco Itaú	<u>5.828</u>	<u>480</u>	<u>5.828</u>	<u>480</u>
	<u>15.858</u>	<u>10.199</u>	<u>18.253</u>	<u>12.517</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações compromissadas de renda fixa, remuneradas a taxas que variam de 96% a 97,5% em 31 de dezembro de 2021 (96% a 97,5% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Os resgates são efetuados conforme necessidade de caixa. Não existem restrições para a utilização dos saldos de caixa e equivalentes de caixa.

6 Contas a receber (controladora e consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes	516	201
Serviços prestados e não faturados	1.147	613
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	<u>(112)</u>	<u>(75)</u>
	<u>1.551</u>	<u>739</u>

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2021 os cinco maiores representam 95% (87% em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as análises dos vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	1.424	659
Vencidos em até 30 dias	3	19
Vencidos de 31 a 90 dias	13	9
Vencidos de 91 a 180 dias	72	16
Vencidos acima de 180 dias	<u>151</u>	<u>111</u>
	<u>1.663</u>	<u>814</u>

Os valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A provisão para perda por redução ao valor recuperável totalizava R\$ 112 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 75 em 2020). A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(75)	(49)
Baixa de provisão	43	33
Constituição de provisão	<u>(80)</u>	<u>(59)</u>
Saldo no final do exercício	<u>(112)</u>	<u>(75)</u>

7 Investimentos (controladora)

Em 18 de julho de 2013, a Companhia registrou na junta comercial o contrato social do Centro Logístico Industrial Aduaneiro de Paranaguá Ltda., para o qual foi contabilizado o investimento a integralizar no valor de R\$ 2.000 sendo composta por 2.000 milhões de quotas. Em 2 de junho de 2017 a Companhia integralizou o capital na controlada.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	2.387	2.327
Equivalência patrimonial (1)	<u>97</u>	<u>60</u>
Saldo no final do exercício	<u>2.484</u>	<u>2.387</u>

(1) Equivalência patrimonial proveniente de rendimento de aplicação financeira mantida na controlada.

8 Imobilizado (controladora e consolidado)

As movimentações do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

Vida útil	<u>25 anos</u>	<u>10 anos</u>	<u>10 anos</u>	<u>10 anos</u>	<u>10 anos</u>	<u>10 anos</u>	
Custo	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos e processamentos de dados	Empilhadeiras	Ativo de direito de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	543	105	30	145	3.363	458	4.644
Aquisições	26	41	-	-	-	-	67
Baixas	-	-	-	-	-	(458)	(458)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	569	146	30	145	3.363	-	4.253
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>569</u>	<u>146</u>	<u>30</u>	<u>145</u>	<u>3.363</u>	<u>-</u>	<u>4.253</u>

Vida útil	<u>25 anos</u>	<u>10 anos</u>	<u>10 anos</u>	<u>10 anos</u>	<u>10 anos</u>		
	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos e processamentos de dados	Empilhadeiras	Ativo de direito de uso (a)	Total
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(44)	(46)	(16)	(124)	(2.608)	(458)	(3.296)
Depreciação	<u>(23)</u>	<u>(10)</u>	<u>(2)</u>	<u>(14)</u>	<u>(151)</u>	<u>-</u>	<u>(200)</u>
Baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>458</u>	<u>458</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(67)</u>	<u>(56)</u>	<u>(18)</u>	<u>(138)</u>	<u>(2.759)</u>	<u>-</u>	<u>(3.038)</u>
Depreciação	(23)	(9)	(3)	(6)	(154)	-	(195)
Baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(90)</u>	<u>(65)</u>	<u>(21)</u>	<u>(144)</u>	<u>(2.913)</u>	<u>-</u>	<u>(3.233)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>502</u>	<u>90</u>	<u>12</u>	<u>7</u>	<u>604</u>	<u>-</u>	<u>1.215</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>479</u></u>	<u><u>81</u></u>	<u><u>9</u></u>	<u><u>1</u></u>	<u><u>450</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.020</u></u>

9 Obrigações tributárias a recolher (controladora e consolidado)

a. Obrigações tributárias a recolher

	31.12.2021	31.12.2020
ISS	64	20
PIS	8	4
COFINS	39	20
Outros impostos	4	8
	<u>115</u>	<u>52</u>

b. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda	342	169
Contribuição social	133	67
	<u>475</u>	<u>236</u>

10 Obrigações trabalhistas (controladora e consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de bônus	13	26
Provisão de férias e 13º	324	81
Salários a pagar	216	47
Encargos sobre a folha a pagar	163	24
Outras obrigações trabalhistas	-	10
	<u>716</u>	<u>188</u>

11 Imposto de renda e contribuição social (controladora e consolidado)

	<u>31/12/2021</u> <u>(Lucro presumido)</u>	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta de serviços	13.678	13.678
Alíquotas de presunção	32%	32%
Base de cálculo	<u>4.377</u>	<u>4.377</u>
Rendimento sobre aplicação financeira	<u>364</u>	<u>364</u>
Base de cálculo ajustada	<u>4.741</u>	<u>4.741</u>
Alíquotas	25%	9%

	31/12/2021	
	(Lucro presumido)	
	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos	<u>(1.185)</u>	<u>(427)</u>
Diferença de alíquota	24	-
Total tributos lançados ao resultado	(1.161)	(427)

	31/12/2020	
	(Lucro presumido)	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta de serviços	11.041	11.041
Alíquotas de presunção	32%	32%
Base de cálculo	<u>3.533</u>	<u>3.533</u>
Rendimento sobre aplicação financeira	<u>183</u>	<u>183</u>
Base de cálculo ajustada	<u>3.716</u>	<u>3.716</u>
Alíquotas	25%	9%
Tributos	<u>(929)</u>	<u>(334)</u>
Diferença de alíquota	17	(14)
Total tributos lançados ao resultado	(912)	(348)

12 Provisão para riscos tributários (controladoria e consolidado)

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza tributária para as quais mantém provisão como a seguir:

	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Trabalhista	<u>11</u>	<u>103</u>	<u>(40)</u>	<u>74</u>
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Tributária	-	-	-	-
Trabalhista	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
Total	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém, ainda, outros processos trabalhistas em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 202 (R\$ 207 em 31 de dezembro de 2020), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

13 Patrimônio líquido

c. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social autorizado era de R\$ 1, representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas. Em 24 de julho de 2020 foi aprovado o aumento de capital em R\$ 5.689 oriundo dos resultados acumulados de 2017 e 2018. O Capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.690 representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

d. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 3.105, o que gerou dividendos mínimos registrados no montante de R\$ 737. Em 24 de julho de 2021 a Companhia realizou AGO onde os acionistas deliberaram que o lucro do exercício será integralmente retido gerando com isso a reversão de dividendos a pagar.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 5.621, após constituição da reserva legal do exercício no valor de R\$ 281, foi gerado dividendo mínimo sobre o saldo de lucro do exercício (R\$ 5.340 X 25%) a pagar de R\$ 1.335.

Em 31 de dezembro de 2021 as reservas de lucros somavam R\$ 12.672 (R\$ 7.649 em 31 de dezembro de 2020) e deverá ser deliberada por AGO conforme previsto pela legislação societária brasileira, no exercício de 2022.

14 Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R\$ 53 (R\$ 45 em 2020).

15 Receita líquida de vendas (controladora e consolidado)

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de serviços	<u>13.678</u>	<u>11.041</u>
Deduções da receita:		
Impostos federais	(499)	(404)
Impostos municipais	(489)	(355)
Descontos	<u>-</u>	<u>(236)</u>
Total das deduções	<u>(988)</u>	<u>(995)</u>
Receita líquida de vendas	<u>12.690</u>	<u>10.046</u>

16 Custos e despesas operacionais por natureza (controladora e consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos serviços prestados	(5.655)	(5.382)
Provisão para perdas de créditos esperados	(37)	(26)
Despesas gerais e administrativas	<u>(323)</u>	<u>(508)</u>
Total dos custos e despesas	<u>(6.015)</u>	<u>(5.916)</u>
 <i>Custos e despesas por natureza:</i>		
Custos de armazenagem e outros	(963)	(2.851)
Água, luz e outras despesas administrativas	(519)	(806)
Depreciações e amortizações	(201)	(207)
Despesas com transporte e combustível	(140)	(332)
Despesa com energia elétrica	(28)	(71)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	(37)	(26)
Despesas com pessoal	<u>(4.127)</u>	<u>(1.623)</u>
	<u>(6.015)</u>	<u>(5.916)</u>

17 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras				
Despesas bancárias e descontos concedidos	(21)	(8)	(21)	(8)
Outras	<u>(20)</u>	<u>(37)</u>	<u>(20)</u>	<u>(37)</u>
Total	<u>(41)</u>	<u>(45)</u>	<u>(41)</u>	<u>(45)</u>
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	<u>540</u>	<u>210</u>	<u>637</u>	<u>270</u>
Total	<u>540</u>	<u>210</u>	<u>637</u>	<u>270</u>
Resultado financeiro líquido	<u>499</u>	<u>165</u>	<u>596</u>	<u>225</u>

18 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como seguem:

	Controladora	
	Valor contábil e valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 5)	15.858	10.199
Contas a receber (Nota 6)	1.551	739
	17.409	10.938
Passivos financeiros		
Dividendos a pagar	1.335	737
Fornecedores	64	63
	1.399	800
	Valor contábil e valor justo	
	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 5)	18.253	12.517
Contas a receber (Nota 6)	1.551	739
	19.804	13.256
Passivos financeiros		
Dividendos a pagar	1.335	737
Fornecedores	64	63
	1.399	800

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Disponibilidades de caixa, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

A Companhia não possui *covenants* (cláusulas restritivas) e bens dados em garantia, atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Para maiores informações sobre a exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber de clientes, veja nota explicativa 6.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

19 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

20 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreenderão a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

A TCP Log celebrou a Escritura de Emissão, na qualidade de fiadora e principal pagadora da totalidade das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. (“Emissora”) na Escritura de Emissão das Debêntures, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (“Código de Processo Civil”), e responsabilizando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretroatável, pelo fiel, pontual e integral pagamento do Valor Nominal Unitário, Valor Nominal Unitário Atualizado, do saldo do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, da Remuneração das Debêntures previstas na Escritura de Emissão, do Prêmio de Resgate e, se for o caso, dos Encargos Moratórios, bem como todos os tributos, despesas, indenizações e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, inclusive os honorários do Agente Fiduciário e as despesas por este efetuadas; e eventuais custos necessários e comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos relacionados a Escritura de Emissão (“Obrigações Garantidas” e “Fiança”, respectivamente).

a. Risco de crédito

Esse risco advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de serviços prestados. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

21 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, as operações sob responsabilidade da TCP Log S.A. têm cobertura securitária na apólice de operador portuário do TCP Terminal, com o valor máximo de USD 6 milhões. A apólice de seguro tem vencimento em 13 de abril de 2022, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

* * *